



Apresentação

Jorge Forbes

O texto que segue, apresentando meu seminário de 2002, foi por mim redigido, a convite de Jacques-Alain Miller, e publicado originalmente em francês, no "Bilhete da AMP – Associação Mundial de Psicanálise", em julho de 2002. Vali-me, na sua redação, de vários trechos das sinopses realizadas por Andréa Naccache: o que ela ouviu, do que eu disse, e escreveu, volta sob minha própria pena. Obrigado, Andréa. Agradeço também, e muito, a Mara Cristina Souza de Lucia, diretora da Divisão de Psicologia do Instituto Central do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP, pelo patrocínio do Seminário, e a Maria Margareth Ferraz de Oliveira, mais uma vez, pela sua notável produção.

As sinopses são *flashes* de uma reflexão em curso, o leitor interessado preencherá e nomeará essas fotografias.

"Inconsciente e responsabilidade – Um novo amor" foi o título do seminário proferido todas as semanas, no primeiro semestre de 2002, em São Paulo sob minha direção. Realizado nas instalações do *Hospital das Clínicas* da Universidade de São Paulo, recebeu um público de analistas, de profissionais da saúde e de universitários de "Humanidades".

O tema "Inconsciente e responsabilidade" ocupa-me já há alguns anos. Esses são termos que, por muito tempo, foram considerados mutuamente exclusivos na psicanálise: ou inconsciente, ou responsabilidade, como manifesta a folclórica expressão de desculpa com a qual se defende aquele que é interrogado sobre as razões pelas quais cometeu alguma extravagância: "só pode ter sido inconscientemente".

Em seminários anteriores fui levado a distinguir a noção jurídica habitual de responsabilidade: "só uma pessoa livre pode ser responsabilizada por uma ação" – exemplo: se os freios de um veículo têm uma pane mecânica, o condutor não poderá ser responsabilizado pelo acidente – da noção "psicanalítica", que inclui o acaso e a surpresa na responsabilidade pessoal, contrariamente à tradicional responsabilidade jurídica.

Este ano, o subtítulo "Um novo amor", emprestado de Lacan, seminário *Mais, ainda*, lança a atenção sobre um novo pacto social, além do pai. É como se Lacan, analista do futuro, houvesse previsto a transformação provocada pela globalização, que suplantou a organização vertical das identidades (Freud) e privilegiou o eixo horizontal.

No encadeamento do seminário eu sublinharia dois momentos, um clínico e um político.

Momento clínico. A segunda clínica de Lacan vai além do Édipo, além da travessia do fantasma. Eu então me perguntei se as novas elaborações a respeito do final de análise,

particularmente aquelas desenvolvidas por Jacques-Alain Miller em seus três últimos cursos, não conduziram a uma nova compreensão do passe e do final de análise. Formulei quatro questões – 1: O passe é o final de uma análise? 2: O passe realizado em uma determinada época teórico-clínica é igual ao de uma época posterior? 3: Uma mesma pessoa pode ter vários finais de análise? 4: Como julgar um final de análise pela identificação ao sintoma, ou na sensação de “estar feliz na vida”? – a partir das quais entrevistei três ex-AEs que retomaram suas análises após suas nomeações, ou sequer as interromperam na ocasião. Trata-se de Esthela Solano Suárez, de Francisco-Hugo Freda e de François Leguil. Comentei em meu seminário o resultado dessa enquête – que em breve apresentarei também por escrito – destacando o fato de que todos os entrevistados dissociam o passe e o final de análise; estimam que o passe realizado em uma certa época teórico-clínica é diferente daquele realizado em um momento posterior e declaram que uma mesma pessoa pode ter vários finais de análise. Esses três aspectos recobram o interesse do tema “Inconsciente e responsabilidade”, quando nada é definitivo ou estanque, exceto a responsabilidade do inconsciente, e a análise permanece uma possibilidade mesmo para aqueles que já a tenham “terminado”.

Momento político. A mesma discussão empreendida na clínica pode ser transposta ao terreno político, se nos colocarmos a seguinte questão: “Qual o pacto social possível na globalização?”. Para debater comigo o tema, convidei dois professores da Universidade de São Paulo, o filósofo Renato Janine Ribeiro, da cadeira de Ética e Filosofia Política, e o jurista Tercio Sampaio Ferraz Junior, da cadeira de Filosofia e Teoria Geral do Direito. Renato Janine expôs uma reflexão sobre a política a partir do afeto que evidencia uma tensão entre democracia e república. Se um afeto republicano parece uma contradição em termos, visto que a república é o triunfo da razão, por outro lado, um afeto democrático é da essência das coisas: na democracia as pessoas querem ou seus interesses satisfeitos, ou os desejos saciados. Esse descompasso quanto à presença do afeto nos dois regimes, todavia, é produtivo.

Isso nos permitiu discutir o afeto autoritário de extrema direita – Le Pen na França – e pensar a república de hoje, abalada com a derrocada da noção de Pátria (Pai), através da transcendência (nas monarquias) ou da imanência: é possível uma república de transparência radical, de imanência radical? Tercio Sampaio Ferraz sustentou, com uma dose de provocação, que, na atualidade, uma mudança atingiu frontalmente a noção moderna de *res publica* ligada ao Estado guardião da propriedade, em especial no primeiro mundo: a progressiva descaracterização do campo privado como propriedade de um sujeito com outro. Na sociedade de serviços atual, a propriedade praticamente se tornou um abstrato (sociedade anônima). Por conseqüência, a idéia de um guardião que zelasse por ela perdeu o sentido. No século XX, então, o Estado assumiu, progressivamente, a posição de um participante funcional dessa nova sociedade, um prestador de serviços – saúde, aposentadoria, polícia, etc. – como outras entidades. Nesta medida, o público e o privado já não se distinguem claramente.

Face à fragilidade dos paradigmas atuais, o jurista conta com um terceiro, mas como dar consistência a esse terceiro?: “Em países como o Brasil em que o terceiro seria a legalidade, ela está fragilizada”.

Enfim, retomei esse comentário acrescentando que o terceiro da responsabilidade cumpre a função de formar, dos dois que estão, um *todo*. Trata-se de afirmar um outro tipo de responsabilidade, do *não-todo*. Assim: sou responsável frente ao meu acaso, a minha surpresa. Nesse sentido é que hoje se faz uma psicanálise do ato, e não da decifração. Do ato a partir da *falência do terceiro*, criando a possibilidade de viver no mundo sem a presença dessa terceidade e de uma norma imputacional.

Por este viés, citado por Tercio Ferraz, público e privado não deveriam ser medidos na esfera do confronto, da mesma maneira que transcendência e imanência, referidas por Janine, não deveriam ser mutuamente exclusivas – e talvez a transcendência seja o núcleo duro da imanência. Explicitei minha proposta dizendo que esses problemas talvez mereçam ser refletidos, com Lacan, em uma nova topologia, não cartesiana, por exemplo: “colocar no próprio núcleo da maior imanência, ou da intimidade, o osso *duro* (articulei com Renato



Janine, ao final de *A República*), uma *extimidade*". Encontrar, portanto, dentro da imanência, algo exterior. Nesse caso, concluí: a república clássica não poderia responder a nada do atual.

A questão do afeto autoritário é, mais que nunca, premente. É preciso não só anunciar o óbvio perigo de Le Pen, mas fazer ver que na trama cotidiana do social está o vírus que elege Le Pen, que acata a pena de morte, que sustenta o "para tudo tem remédio". A ideologia do "para tudo tem remédio" (parasitária do projeto genoma, da psiquiatria biológica, dos avanços tecnológicos como a internet) conduz a uma concepção do homem que determina o que seja o correto e seu oposto – o defeituoso, a ser expurgado. Trata-se de um modo de pensar ameaçador, racista. Por isso, enfim, defendi um contraponto do afeto autoritário bipolar: o afeto de risco, o afeto da criação, o afeto da invenção. Um novo amor.

